Sexta-Feira, 06 de Novembro de 2026

MPF e força-tarefa eliminam garimpo ilegal na Terra Indígena Sararé em Mato Grosso

Operação conjunta recupera território indígena com 1.313 ações e causa prejuízo de R$ 111,5 milhões ao crime organizado.

O Ministério Público Federal apresentou resultados significativos no combate à exploração mineral clandestina e na proteção territorial da Terra Indígena Sararé, localizada em Pontes e Lacerda, Mato Grosso. A instituição coordenou ações integradas de órgãos federais que removeram invasores do território protegido, totalizando 1.313 operações de desintrusão.

A operação conjunta desmantelou a estrutura de garimpo ilegal de ouro, ocasionando perdas aproximadas de R$ 111,5 milhões para organizações criminosas. O desmatamento para atividades garimpeiras sofreu redução de 97% no período analisado.

As ações de repressão garantem a segurança da população Nambikwara e restauram a autoridade estatal sobre o território. Com apoio de inteligência do Censipam e monitoramento permanente em campo, a força-tarefa identificou e neutralizou 100% dos 1.431 pontos de exploração detectados.

Conforme informações da Casa Civil, o trabalho envolveu a eliminação dos 570 núcleos identificados no mapeamento inicial. Adicionalmente, as equipes descobriram 696 novos focos durante operações terrestres, enquanto sensoriamento satelital revelou 165 alvos adicionais, sem pendências na região.

Detalhes das operações criminais

As ações ostensivas resultaram na condução de 160 indivíduos à Delegacia da Polícia Federal, sendo 72 capturados em flagrante. Os agentes descobriram e destruíram 33 túneis subterrâneos empregados para extração clandestina de ouro, eliminando estruturas de risco significativo ao meio ambiente e operacional.

Durante as buscas, foram recolhidos 153 gramas de ouro e aproximadamente seis mil gramas de mercúrio — metal pesado contaminante de solos e recursos hídricos. A força-tarefa apreendeu ainda nove armas, 596 munições, 43 mil litros de óleo diesel, 13 mil litros de gasolina, três escavadeiras, duas máquinas menores e sete motocicletas.

Destruição da infraestrutura operacional

Para impedir reocupação e inviabilizar retorno das atividades, os agentes destruíram equipamentos e instalações. Foram inutilizadas 31 escavadeiras, 829 motores de garimpo, 445 máquinas leves, 341 geradores, dois tratores de esteira e 2,7 mil metros de canalização de sucção.

Foram neutralizados quase quatro mil quilos de material explosivo e 63,1 mil litros de óleo diesel além de 4,2 mil litros de gasolina, cortando o suprimento energético das frentes de exploração. Os agentes desativaram 200 acampamentos e removeram 98 motocicletas, cinco armas e duas munições que serviam de suporte operacional.

O procurador Gabriel Infante Magalhães Martins afirma que a atuação do MPF assegura permanência da política de proteção da Terra Indígena Sararé e salvaguarda dos direitos humanos, territoriais e ambientais, reafirmando o papel constitucional na defesa dos povos originários.

A operação contou com participação do Ministério dos Povos Indígenas, Ibama, Força Nacional, Funai, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, Exército, Censipam, Abin, Anac, ANTT e ANP.